

SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

referente aos trabalhos da 1ª sessão legislativa extraordinária da 6ª legislatura, apresentado no ato do seu encerramento, a 22 de fevereiro de 1968, pelo seu Presidente,

Senador AURO MOURA ANDRADE

A - PALAVRAS INICIAIS

A Presidência cumpre o dever de apresentar o relato do que foi feito pelo Senado Federal e pelo Congresso Nacional, em conjunto, na primeira sessão legislativa extraordinária da sexta legislatura, compreendendo o período de 16 de janeiro a 22 de fevereiro de 1968.

B - ATO CONVOCATÓRIO

A iniciativa da convocação desta sessão legislativa coube à Câmara dos Deputados, em documento assinado por 150 Deputados, correspondendo a mais de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, assim redigido:

"Senhor Presidente

Nos termos da Constituição do Brasil, art. 31, § 1º, os Deputados que este subscrevem convocam, como convocado têm, o Congresso Nacional para reunir-se extra ordinariamente de 16 (dezesesseis) de janeiro a 22 (vinte e dois) de fevereiro de 1968, para:

- a) Votar a reforma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados;
- b) Dar andamento às mensagens do Poder Executivo, e
- c) Votar quaisquer outros projetos de interesse urgente e imediato, especialmente a Consolidação das Leis do Cheque e leis complementares.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1967.

JUSTIFICATIVA

O simples enunciar das matérias acima relacionadas dispensaria qualquer justificativa da convocação extraordinária do Congresso Nacional. Haja vista a reforma do Regimento Interno da Câmara.

De um modo geral as Comissões estão com suas atividades bloqueadas e emperradas pelo fato de o Regimento Interno em vigor não haver sido adaptado às exigências da nova Constituição. Para exemplificar, basta citar a Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, uma das Comissões mais importantes da Câmara. Até hoje quase nada pode fazer devido ao fato de não estarem as suas atribuições adaptadas à Nova Constituição.

Além disso, há várias Mensagens do Poder Executivo paralizadas sem serem apreciadas pelo Congresso e que requerem providências urgentes para se normatizarem setores importantes da vida nacional.

Estes motivos são evidentes e por si sós justificam um esforço concentrado, somente para apreciar estas matérias.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1967.

- | | |
|-----------------------|---------------------|
| 1. Luna Freire | 7. Raymundo Brito |
| 2. Aloysio Nonô | 8. Raymundo Diniz |
| 3. Altair Lima | 9. Alexandre Costa |
| 4. Waldyr Simões | 10. Ivar Saldanha |
| 5. Reynaldo Sant'Anna | 11. Raimundo Fogaça |
| 6. Ney Maranhão | 12. Vieira da Silva |

13. Maia Neto
 14. Antônio Anibelli
 15. Hary Normanton
 16. Hamilton Magalhães
 17. Campos Vergal
 18. Pires Saboia
 19. Antônio Ueno
 20. Paulo Biar
 21. Cleto Marques
 22. Simão da Cunha
 23. Feliciano Figueiredo
 24. Petronio Figueiredo
 25. Tales Ramalho
 26. Djalma Falcão
 27. Erasmo M. Pedro
 28. Leo Neves
 29. Raimundo Andrade
 30. Eurico Ribeiro
 31. Carlos Alberto
 32. João Lira
 33. Pereira Lucio
 34. Josias Gomes
 35. Nasser Almeida
 36. Joaquim Macedo
 37. Wilmar Guimarães
 38. Josaphat Azevedo
 39. Jose M. Ribeiro
 40. Imilio Bertoli
 41. Manso Cabral
 42. Cido Rocha
 43. Eraldo Lemos
 44. Justino Pereira
 45. Ewaldo Pinto
 46. Vasco Amaro
 47. Nadir Rossetti
 48. Chaves Amarante
 49. Joel Ferreira
 50. Cunha Bueno
 51. Chagas Rodrigues
 52. Flores Soares
 53. Cardoso Alves
 54. Ary Valadão
 55. Athié Coury
 56. Prestes de Barros
 57. Breno Silveira
 58. Broca Filho
 59. Hélio Gueiros
 60. Martins Júnior
 61. Armando Correa
 62. Romano Evangelista
 63. Emival Caiado
 64. Temístocles Teixeira
 65. Mario Gurgel
 66. Daso Coimbra
 67. Padre Nobre
 68. Celso Pessoa
 69. Clodoaldo Costa
 70. Lisboa Machado
 71. Paulo Campos
 72. Joaquim Cordeiro
 73. Anapolino Faria
 74. Braga Ramos
 75. Wanderley Dantas
 76. Jorge Cury
 77. Pedro Gondin
 78. Moury Fernandes
 79. Monsenhor Vieira
 80. Josias Leite
 81. Wilson Braga
 82. Osmar de Aquino
 83. Ruy de A. Barbosa
 84. Abraão Sabba
 85. Anacleto Campanela
 86. Adhemar de B. Filho
 87. Arnaldo Cerdeira
 88. Cantídio Sampaio
 89. Jorge Lavocat
 90. Ario Theodoro
 91. Padre Vieira
 92. Nazir Miguel
 93. Amaral Furlan
 94. Israel Novaes
 95. Fausto Gayoso
 96. Atlas Cantanhede
 97. Lacorte Vitale
 98. Agostinho Rodrigues
 99. Bezerra Leite
 100. Marão Filho
 101. Flaviano Ribeiro
 102. Hélio Navarro
 103. Régis Barroso
 104. Fernando Magalhães
 105. João Roma
 106. Adalberto Camargo
 107. João Fernandes
 108. Dorival de Abreu
 109. Baldacei Filho
 110. Gastão Pedreira
 111. Pedro Marão
 112. Fernando Gama
 113. Albino Zeni
 114. Machado Rolemberg
 115. Odulfo Domingues
 116. Manuel de Almeida
 117. Ossian Araripe
 118. Wilson Falcão
 119. Clemens Sampaio
 120. Ney Ferreira
 121. Passos Porto
 122. Paulo Ferraz
 123. Nunes Freire
 124. Humberto Bezerra
 125. Delmiro d'Oliveira
 126. Sinval Boaventura
 127. Luiz Braga
 128. Manoel Rodrigues
 129. Helio Romagnolli
 130. Vital do Rego
 131. Oscar Cardoso
 132. João Paulino
 133. Ary Rodrigues
 134. Milton Brandão
 135. Armino Mastrocola
 136. José Penado
 137. Renato Celidônio
 138. Adhemar Ghisi
 139. José Freire
 140. Arlindo Kunzler
 141. Gabriel Hermes
 142. Jorge Said Coury
 143. Armando Carneiro
 144. Raimundo Parente
 145. José Colagrossi
 146. Emílio Murad
 147. Plínio Salgado
 148. Henrique Henkin
 149. Antonio Neves
 150. Henocquin Dantas."

C - INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Teve o ensejo de se realizar às quinze horas do dia 16 de janeiro de 1968, no Plenário da Câmara dos Deputados, a instalação dos trabalhos, tendo feito uso da palavra, na ocasião, o Sr. Presidente do Congresso Nacional, o Dr. Pedro Alcixo.

SENADO FEDERAL

D - O SENADO EM SUA COMPOSIÇÃOD.1 - SENADORES EM EXERCÍCIO

Dos 66 membros desta Casa apenas se achava afastado do exercício de seu mandato o Sr. Jarbas Passarinho, exercendo o cargo de Ministro do Trabalho e Previdência Social. Para substituí-lo foi convocado, na sessão legislativa ordinária anterior, o Sr. Milton Trindade.

D.2 - MESA

Atuou nesta sessão legislativa a Mesa eleita para a sessão ordinária de 1967, a saber:

<u>CARGO</u>	<u>SENADOR</u>	
Presidente	Moura Andrade	- (ARENA - SP)
1º Vice-Presidente	Nogueira da Gama	- (MDB - MG)
2º Vice-Presidente	Gilberto Marinho	- (ARENA - GB)
1º Secretário	Dinarte Mariz	- (ARENA - RN)
2º Secretário	Victorino Freire	- (ARENA - MA)
3º Secretário	Edmundo Levi	- (MDB - AM)
4º Secretário	Cattete Pinheiro	- (ARENA - PA)
1º Suplente	Attílio Fontana	- (ARENA - SC)
2º Suplente	Guido Mondin	- (ARENA - RS)
3º Suplente	Sebastião Archer	- (MDB - MA)
4º Suplente	Raul Giuberti	- (ARENA - ES)

D.3 - COMISSÕES

Permaneceram inalteradas as Comissões Perma- nentes escolhidas no início da sessão legislativa anterior.

E - O SENADO EM FUNCIONAMENTO

E.1 - PLENÁRIO

E.1.1 - SESSÕES REALIZADAS

Realizaram-se 32 sessões, sendo 25 ordinárias e 7 extraordinárias.

E.1.2 - HOMENAGENS DE PESAR

Foram prestadas as seguintes homenagens de pesar:

- na sessão do dia 17.1, pelo falecimento do consagrado escritor Amando Fontes (discurso do Sr. Senador Julio Leite);
- na sessão do dia 25.1, pelo falecimento do ex-Chanceler Raul Fernandes (discursos dos Srs. Senadores Benedito Valadares, Julio Leite e Aloysio de Carvalho);
- na sessão do dia 30.1, pelo falecimento do ex-Chanceler José Carlos de Macedo Soares (discursos dos Srs. Senadores José Ermírio e Adalberto Sena).

E.1.3 - CONVOCAÇÃO DE AUTORIDADE

Na sessão de 15 de fevereiro, compareceu ao Plenário do Senado Federal o Sr. Ministro do Exército, General Aurélio de Lyra Tavares, para prestar esclarecimentos sobre a Mensagem nº 3/68 (CN), do Sr. Presidente da República, que preconiza a criação de novas unidades do Exército, por solicitação do Sr. Senador Mário Martins, no Requerimento nº 46/68.

135 Pareceres foram apresentados pelas Comissões:

Nº	COMISSÃO	RELATOR	PROJETO
1/68	Finanças	Clodomir Millet	PR / 2/68
2/68	Finanças	Oscar Passos	PLC/137/67
3/68	Segurança Nacional	Oscar Passos	PLC/125/67
4/68	Finanças	Oscar Passos	PLC/125/67
5/68	Diretora	Cattete Pinheiro	Ind. 2/67
6/68	Redação	Duarte Filho	PLS/ 11/67
7/68	Redação	Duarte Filho	PDL/ 43/67
8/68	Redação	Bezerra Neto	PLS/ 70/67
9/68	Redação	Bezerra Neto	PLS/ 57/67
10/68	Finanças	José Ermírio	PLC/143/67
11/68	Constituição e Justiça	Carlos Lindemberg	PLS/ 32/67
12/68	Indústria e Comércio	Domício Gondim	PLS/ 32/67
13/68	Finanças	Fernando Correa	PLS/ 32/67
14/68	Finanças	Mello Braga	PLC/139/67
15/68	Finanças	Adolpho Franco	Req./1077/67, Sen.Lino Mattos
16/68	Finanças	Bezerra Neto	Req.1111/67
17/68	Finanças	Adolpho Franco	Req./1154/67
18/68	Finanças	Mem de Sá	Of.S.-5/67
19/68	Constituição e Justiça	Carlos Lindemberg	Of.S.-5/67
20/68	Diretora	Nogueira da Gama	PR / 1/68
21/68	Constituição e Justiça	Antônio Balbino	PLS/ 60/67
22/68	Legislação Social	Ruy Carneiro	PLS/ 60/67
23/68	Projetos do Executivo	José Ermírio	PLC/129/67
24/68	Constituição e Justiça	Antônio Carlos	PLC/130/67
25/68	Legislação Social	Bezerra Neto	PLC/130/64
26/68	Projetos do Executivo	Carlos Lindemberg	PLC/144/67
27/68	Finanças	Bezerra Neto	PLC/144/67
28/68	Projetos do Executivo	Eurico Rezende	PLC/133/67
29/68	Finanças	Lino de Mattos	PLC/133/67
30/68	Constituição e Justiça	Bezerra Neto	Of.P-MC/22/67
31/68	Constituição e Justiça	Antônio Carlos	PLS/ 72/67
32/68	Constituição e Justiça	Aloysio de Carvalho	Of.P-MC/18/67
33/68	Constituição e Justiça	Bezerra Neto	PLS/ 67/67
34/68	Constituição e Justiça	Bezerra Neto	PLS/ 58/67

Nº	COMISSÃO	RELATOR	PROJETO
35/68	Constituição e Justiça	Ruy Palmeira	Req./1123/67
36/68	Constituição e Justiça	Aloysio de Carvalho	Req./1122/67
37/68	Constituição e Justiça	Carlos Lindemberg	Req. 949/67
38/68	Economia	Paulo Torres	Req./ 999/67
39/68	Constituição e Justiça	Bezerra Neto	Req./ 999/67
40/68	Educação e Cultura	Josaphat Marinho	PLC/ 15/66
41/68	Constituição e Justiça	Bezerra Neto	PLC/ 15/66
42/68	Economia	Pedro Ludovico	Req./762/67
43/68	Finanças	Aurélvio Viana	Req./762/67
44/68	Diretora	Nogueira da Gama	PR/ 2/68
45/68	Economia	Júlio Leite	PLC/106/67
46/68	Economia	Júlio Leite	PLC/106/67
47/68	Constituição e Justiça	Antônio Carlos	PLC/106/67
48/68	Economia	Júlio Leite	Req./1000/67
49/68	Redação	Filinto Müller	PDL/ 57/67
50/68	Redação	Filinto Müller	PDL/ 60/67
51/68	Serviço Público Civil	Adalberto Sena	PLC/135/67
52/68	Saúde	Duarte Filho	PLC/135/67
53/68	Diretora	Nogueira da Gama	PR / 3/68
54/68	Diretora	Nogueira da Gama	PR /105/67
55/68	Projetos dos Executivo	Paulo Torres	PLC/127/67
56/68	Constituição e Justiça	Bezerra Neto	PLC/127/67
57/68	Finanças	José Leite	PLC/127/67
58/68	Finanças	Manoel Vilaça	PLC/ 5/68
59/68	Legislação Social	Manoel Vilaça	PLC/ 1/68
60/68	Finanças	Manoel Vilaça	PLC/ 1/68
61/68	Diretora	Nogueira da Gama	PR / 5/68
62/68	Diretora	Nogueira da Gama	PR / 6/68
63/68	Diretora	Nogueira da Gama	PR / 7/68
64/68	Legislação Social	Ruy Carneiro	PLS/ 30/64
65/68	Serviço Público Civil	Amnon de Mello	PLS/ 30/64
66/68	Constituição e Justiça	Carlos Lindemberg	PLS/ 29/67
67/68	Educação e Cultura	Duarte Filho	PLS/ 29/67
68/68	Minas e Energia	Emírio de Moraes	PDL/ 63/67
69/68	Finanças	Fernando Correa	PDL/ 63/67
70/68	Redação	Carlos Lindemberg	PR / 9/68

Nº	C O M I S S Ã O	R E L A T O R	P R O J E T O S
71/68	Redação	Carlos Lindemberg	PLS/ 34/66
72/68	Diretora	Nogueira da Gama	PR / 10/68
73/68	Redação	Carlos Lindemberg	PDL/ 63/67
74/68	Redação	Carlos Lindemberg	PR / 4/68
75/68	Finanças	Manoel Vilaça	Of.S-1/68
76/68	Constituição e Justiça	Álvaro Maia	Of.S-1/68
77/68	Constituição e Justiça	Antônio Balbino	PLS/ 81/67
78/68	Constituição e Justiça	Ruy Palmeira	Req./ 124/67
79/68	Constituição e Justiça	Ruy Palmeira	Req. 18/68
80/68	Constituição e Justiça	Ruy Palmeira	Req.1125/67
81/68	Constituição e Justiça	Carlos Lindemberg	Req.1069/67
82/68	Relações Exteriores	Mem de Sá	Req.1069/67
83/68	Constituição e Justiça	Petrônio Portela	PLS/ 10/67
84/68	Relações Exteriores	Meme de Sá	PLS/ 10/67
85/68	Constituição e Justiça	Carlos Lindemberg	PLS/ 23/67
86/68	Segurança Nacional	Pedro Ludovico	PLS/ 23/67
87/68	Segurança Nacional	Manoel Vilaça	PLC/141/67
88/68	Serviço Público Civil	Paulo Torres	PLC/141/67
89/68	Legislação Social	José Leite	PLC/111/67
90/68	Finanças	Oscar Passos	PLC/111/67
91/68	Constituição e Justiça	Ruy Palmeira	PLC/111/67
92/68	Redação	Duarte Filho	PLC/127/67
93/68	Redação	Filinto Müller	PLS/ 60/67
94/68	Redação	Filinto Müller	PR / 16/68
95/68	Diretora	Moura Andrade	PR / 13/68
96/68	Constituição e Justiça	Aurélio Vianna	PDL/ 3/68
97/68	Finanças	Fernando Corrêa	PDL/ 3/68
98/68	Relações Exteriores	Rui Palmeira	PDL/ 1/68
99/68	Educação e Cultura	Aloysio de Carvalho	PDL/ 1/68
100/68	Finanças	José Leite	PDL/ 1/68
100-A/68	Finanças	Leandro Maciel	PLC/ 5/68
100-B/68	Serviço Público Civil	Adalberto Sena	PLC/ 1/68
101/68	Diretora	Nogueira da Gama	PR / 13/68
102/68	Diretora	Nogueira da Gama	PR / 14/68
103/68	Diretora	Nogueira da Gama	PR / 15/68

N º	COMISSÃO	RELATOR	PROJETOS
104/68	Constituição e Justiça	Carlos Lindemberg	PR / 11/68
105/68	Diretora	Moura Andrade	PR / 11/68
106/68	Constituição e Justiça	Aurélio Vianna	PR / 12/68
107/68	Diretora	Nogueira da Gama	PR/ 12/68
108/68	Diretora	Nogueira da Gama	PR/ 12 /68
109/68	Redação	Edmundo Levi	PR/ 11 /68
110/68	Redação	Edmundo Levi	PR /12/ 68
111/68	Constituição e Justiça	Bezerra Neto	PLS/ 8/68
112/68	Economia	Carlos Lindemberg	PLS/ 8/68
113/68	Legislação Social	Júlio Leite	PLS/ 8/68
114/68	Constituição e Justiça	Carlos Lindemberg	PLS/ 8/68
115/68	Serviço Público Civil	José Guiomard	PLC/146/67
116/68	Educação e Cultura	Josaphat Marinho	PLC/169/66
117/68	Transportes	Arnon de Mello	PLC/169/68
118/68	Constituição e Justiça	Antônio Carlos	PLC/169/68
119/68	Finanças	José Leite	PLC/169/68
120/68	Finanças	José Leite	PLC/ 5/68
121/68	Redação	Lobão da Silveira	PLS/ 32/67
122/68	Redação	Lobão da Silveira	PLS/ 72/67
123/68	Redação	José Leite	PDL/ 1/68
124/68	Projetos do Executivo	José Ermírio	PLC/ 2/68
125/68	Serviço Público Civil	Arnon de Mello	PLC/145/67
126/68	Constituição e Justiça	Carlos Lindemberg	PLS/ 75/67
127/68	Legislação Social	Álvaro Maia	PLS/ 75/67
128/68	Constituição e Justiça	Bezerra Netto	PLS/ 39/67
129/68	Legislação Social	Júlio Leite	PLS/ 39/67
130/68	Projetos do Executivo	Men de Sá	PLC/ 6/68
131/68	Redação	Filinto Müller	PLS/ 80/67
132/68	Redação	Filinto Müller	PLC/ 6/68
133/68	Constituição e Justiça	Aloysio de Carvalho	PLC/140/67

E.3 - SOLENIIDADES

No dia 25 de janeiro do corrente ano, às 17 horas e trinta minutos, realizou-se, nos jardins do Senado Federal, a cerimônia de doação, pelo Senado japonês a esta Casa do Congresso Nacional, de 100 mudas de cerejeiras ornamentais.

Usaram da palavra, na ocasião, o Senhor Senador Guido Mondin e o Senhor Deputado Yukishigue Tamura, que ressaltaram a importância do referido acontecimento no estreitamento dos laços de amizade entre os dois povos.

A solenidade foi presidida pelo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Auro Soares de Moura Andrade.

F.1 - TAREFA LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE INICIATIVA DO SENADO

F.1.1 - PROJETOS DE LEI APRESENTADOS

18 Projetos de Lei tiveram início no Senado:

<u>Nº</u>	<u>Autor</u>	<u>Ementa</u>
1	Vasconcellos Tôrres	Altera o Decreto-lei nº 73/66, excluindo a obrigatoriedade do seguro de responsabilidade civil aos proprietários de veículos automotores de via terrestre.
2	Vasconcellos Tôrres	Descentraliza o Conselho Federal de Educação e dá outras providências.
3	Nogueira da Gama	Dispõe sobre a situação dos servidores do INPS que, anteriormente à unificação da previdência social, ocupavam dois cargos ou empregos, cumulativamente, embora subordinados a regimes jurídicos diversos, e tiveram que optar por um deles.
4	Aarão Steinbruch	Dispõe sobre a aposentadoria de funcionários integrantes da Carreira de Enfermeiro.
5	Josaphat Marinho	Estende aos dependentes do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito assegurado pelo art. 9º da Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1966.
6	Edmundo Levi	Dispõe sobre a aposentadoria do servidor público de conformidade com o art. 177, § 1º, da Constituição do Brasil.
7	Poder Executivo	Altera os Quadros Permanente e Provisório do Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências.
8	Ney Braga	Altera o Código Tributário Nacional (Lei nº 5172, de 25.10.66), no capítulo referente à Contribuição de Melhoria; e o Decreto-lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967.
9	Vasconcellos Tôrres	Altera a redação do § 1º do art. 136 do Decreto-lei nº 5452, de 1.5.43 (Consolidação das Leis do Trabalho).
10	Vasconcellos Tôrres	Modifica o art. 31 da Lei nº 3 807, de 26.8.60 (Lei Orgânica da Previdência Social) e lhe altera e acrescenta parágrafos.
11	Vasconcellos Tôrres	Estende os benefícios previstos no art. 116 da Lei nº 1 711/52, e art. 10 da Lei nº 4 345/64, ao pessoal que especifica.
12	Edmundo Levi	Assegura inscrição nos concursos de habilitação para ingresso nos cursos de ensino superior aos graduados em escolas normais.
13	Lino de Mattos	Autoriza órgãos oficiais a conceder financiamento para construção ou aquisição de moradias.

<u>Nº</u>	<u>Autor</u>	<u>Ementa</u>
14	Lino de Mattos	Considera, para efeito de registro e desapropriação, zona de pecuária e leiteira a área que especifica.
15	Vasconcellos Tôrres	Estabelece normas para aproveitamento obrigatório de candidato a Cursos Superiores, de acordo com o número de vagas, e dá outras providências.
16	Aarão Steinbruch	Declara de utilidade pública a Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.
17	Adalberto Senna	Estende aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal, que lidam com Raios-X ou substâncias radioativas, as vantagens da redução de tempo, para aposentadoria facultativa ou compulsória, asseguradas por lei, aos servidores da União, em razão das mesmas condições de serviço.
18	Vasconcelos Torres	Aplica aos empregados de estações do interior, cujo serviço for de natureza intermitente ou de pouca intensidade os preceitos gerais sobre duração do trabalho, alterando a redação do art. 243 da Consolidação das Leis do Trabalho.

F.1.2 - PROJETOS DE LEI APRECIADOSF.1.2.1 - PROJETOS DE LEI APROVADOS

8. Projetos de Lei do Senado tiveram seu curso ultimado, sendo remetidos à revisão da Câmara:

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>
11/67	Arthur Virgílio	Dispensa das escalas de serviço os estudantes em serviço militar e os que tenham profissã o militar, nos dias de prova ou de exame.
57/67	Gilberto Marinho	Declara de utilidade pública a Sociedade Bra-siliense de Belas Letras e Ciências.
70/67	Lino de Mattos	Retifica, sem ônus, a Lei nº 5 189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967.
34/66	Bezerra Neto	Determina a fixação do preço limite no cálculo de fabricação nacional, e dá outras providências.
60/67	Cattete Pinheiro	Dispõe sôbre a aposentadoria por implemento do tempo de contribuição no desemprego.
32/67	Duarte Filho	Autoriza a Comissão Executiva do Sal a realizar convênios de financiamento de obras para a proteção da indústria salinera.
72/67	Moura Andrade	Revoga, por cinco anos, o prazo legal para fruição, pelos herdeiros, dos direitos autorais das obras do maestro Antonio Carlos Gomes.
80/67	Carvalho Pinto	Institui reajustamento de emergência, mantendo a sistemática de revisão salarial vigente.

F.1.2.2 - PROJETOS DE LEI REJEITADOS

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>
43/63	Nelson Maculan	Dispõe sôbre as normas de Previdência Social, para os trabalhadores rurais, cria o Instituto de Previdência e Assistência dos Agrários, e dá outras providências.
58/67	Desiré Guarani	Dispõe sôbre incentivos fiscais.
81/67	Vasconcellos Tôrres	Inclui mais um parágrafo no art. 23 da Lei n. 3 807, de 26.8.60 (Lei Orgânica da Previdência Social).
10/67	Vasconcellos Tôrres	Dá ao Edifício do Ministério das Relações Exteriores, na Capital da República, a denominação de "Palácio dos Arcos".

F.1.2.3 - APRECIACÃO DE EMENDAS DA CÂMARA
A PROJETOS DE LEI DO SENADO

<u>Nº</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
30/66	Estende à Sociedade Financeira dos Servidores Públicos do Brasil (FINABRA) o disposto na Lei nº 134, de 14 de junho de 1950.	aprovada
29/66	Altera as Armas Nacionais e o Selo Nacional.	aprovada

F.1.3 - PROJETOS DE LEI DO SENADO
APRECIADOS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Foram 2 Projetos de Lei do Senado apreciados pela Câmara dos Deputados, sendo:

- 1 aprovado e remetido à sanção e
- 1 emendado e devolvido ao Senado.

Pendem de pronunciamento da Câmara 210 Projetos de Lei do Senado, de sessões legislativas anteriores.

F.2 - PROJETOS DE LEI DA CÂMARA EM REVISÃOF.2.1 - PROJETOS DE LEI RECEBIDOS

13 Projetos de Lei foram recebidos:

<u>Projeto nº</u>		<u>Ementa</u>	<u>Leitura</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>		
1/68	315/67	Cria, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, oito Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	17.1.68
2/68	744/67	Modifica a redação do art. 11 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário dos dias feriados civis e religiosos.	17.1.68
3/68	3 914/66	Autoriza a reversão de uma área de terra na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, à Prefeitura Municipal da mesma localidade.	23.1.68
4/68	310/67	Revigora por 30 dias, dispositivo do Decreto-lei nº 194, de 24.2.67, que dispõe sobre a aplicação da Legislação sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.	23.1.68
5/68	775/67	Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Comunicações, o crédito especial de R\$ 2 000 000,00 destinado a despesas de custeio com a instalação e manutenção das Delegacias Regionais do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), no exercício de 1967.	23.1.68
6/68	808/67	Provê sobre a alfabetização de adultos em idade militar.	1.2.68
7/68	3 380/65	Institui o "Dia da Cultura e da Ciência" e dá outras providências.	1.2.68
8/68	3 707/66	Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Norte Mineira terreno situado na gleba do Colégio Agrícola "Antonio Versiani Athayde", no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.	1.2.68

Projeto nº		Ementa	Leitura
S.F.	C.D.		
9/68	519/67	Modifica o Decreto-lei nº 15, de 9 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre os depósitos bancários do SESI, SEC, SENAI, SENAC e das entidades sindicais.	1.2.68
10/68	207/67	Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos funcionários e dá outras providências.	2.2.68
11/68	3 314/57	Regulamenta a profissão de empregados de edifícios, e dá outras providências.	9.2.68
12/68	846/67	Altera e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 205, de 27.2.67, que dispõe sobre a organização, funcionamento e extinção de aeroclubes e dá outras providências.	16.2.68
13/68	848/67	Isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e equipamentos destinados à implantação da rede de telecomunicações no Estado do Paraná e importados pela Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR.	16.2.68

Dêsses projetos, os de ns. 2, 5, 6, 12 e 13 eram de iniciativa do Senhor Presidente da República.

F.2.2. - PROJETOS DE LEI DA CÂMARA ULTIMADOSF.2.2.1. - APROVADOS E REMETIDOS À SANÇÃO

11 Projetos de Lei da Câmara receberam a aprovação do Senado e foram encaminhados à sanção:

<u>PROJETO Nº</u>		<u>EMENTA</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>	
125/67	35-B/67	Inclui, nas entidades consignatárias a que se refere o art. 171 da Lei nº 4.328, de 30 de maio de 1964, o Club dos Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Taifeiros da Armada e Club Beneficiário dos Sargentos da Marinha.
129/67	628-B/67	Concede reforma a militares asilados, e dá outras providências.
133/67	668-B/67	Concede estímulos à indústria de artefatos têxteis e dá outras providências.
134/67	691-B/67	Autoriza o aumento de capital da Usina Termoeletrica de Figueira S.A. - UTELEFA.
135/67	121-A/67	Concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais federais, que lidem com Raios X ou substâncias radioativas, aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatoria aos 65 anos de idade.
139/67	80-B/67	Dá nova redação ao § único do art. 20 da Lei nº ... 3.765, de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares.
143/67	741-B/67	Prorroga o prazo de vigência da isenção tributária concedida à Companhia Hidro Elétrica de São Francisco.
144/67	743-C/67	Regulamenta o "trabalho de Bloco".

<u>PROJETO</u>	<u>Nº</u>	<u>EMENTA</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>	
1/68	315-E/67	Cria, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 8 Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais.
5/68	775-B/67	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Comunicações, o crédito especial de R\$ 2.000,00, destinado à despesa de custeio com a instalação e manutenção das Delegacias Regionais do Departamento Nacional de Telecomunicações - DENTEL - no exercício de 1967.
141/67	277-B/67	Reabre o prazo de reinclusão, no Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara, do pessoal do Quadro do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal.

Dêses, os de n.ºs. 133/67, 134/67, 143/67 e 144/67 eram de iniciativa do Presidente da República.

F.2.2.2 - PROJETOS APROVADOS COM EMENDAS E
DEVOLVIDOS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Foram devolvidos à Câmara dos Deputados com emendas os
Projetos:

NÚMERO		EMENTA
S.F.	C.D.	
299/66	3 900/62	Dispõe sobre construções nas proximidades das Fortificações Costeiras do Exército.
127/67	648/67	Dispõe sobre os "cofres de carga" e altera o art. 9º do Decreto-lei nº 83, de 26 de dezembro de 1966, que dispõe sobre a cobrança de taxas portuárias.
15/66	2 542/65	Disciplina a cobrança de anuidades escolares e dá outras providências.
111/67	119/63	Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário - Justiça do Trabalho, o crédito especial de R\$10000,00, para ocorrer a despesas com instalação de órgãos criados pela Lei nº 4 088, de 12.7.62, e dá outras providências.

F.2.2.3 - PROJETOS REJEITADOS

NÚMERO		EMENTA
S.F.	C.D.	
24/63	136 /46	Cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Agrários - IAPA.
299/65	1 247/63	Altera a Lei nº 3 917, de 14 de julho de 1961, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores.
287/66	3 386/65	Isenta dos impostos de importação e de consumo materiais destinados à fabricação de café solúvel a serem importados pela firma Café Solúvel Vigor Ltda.
190/66	3 536/66	Determina que os novos níveis de salário-mínimo não acarretem reajuste dos alugueres, na locação de prédios residenciais.
140/67	233/67	Dá nova redação ao art. 48 da Lei nº 4 215, de 27.4.63, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

G - ATOS NORMATIVOS E DELIBERATIVOS DO SENADOG.1 - PROJETOS DE RESOLUÇÃOG.1.1 - APRESENTADOS

17 Projetos de Resolução foram apresentados:

<u>Nº</u>	<u>Ementa</u>	<u>Autor</u>	<u>Leitura</u>
1	Aposenta Laura Bandeira Accioli, Taquígrafa Revisora, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado.	Comissão Diretora	17.1.68
2	Reajusta os níveis retributivos do pessoal do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Comissão Diretora	18.1.68
3	Aposenta, por invalidez, Belmiro Fernandes, Marceneiro, símbolo PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Comissão Diretora	22.1.68
4	Autoriza a Prefeitura Municipal de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul, a contrair empréstimo externo, no montante de DM 115.541, para aquisição de equipamentos hospitalares da CHF Mueller GmbH - Hamburgo (Alemanha Ocidental).	Comissão Finanças	24.1.68
5	Exonera, a pedido, Luiz de Souza Leão, Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Comissão Diretora	24.1.68
6	Prorroga, por um ano, a licença concedida a Sebastião Ruy Rollo Maciel, Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Comissão Diretora	25.1.68
7	Prorroga, por um ano, a licença concedida a Moema Fernandes Távora, Oficial Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Comissão Diretora	25.1.68
8	Suspende, em parte, nos termos do art. 45, inciso IV, da Constituição Federal, a execução das Leis ns. 651 e 657, de 1956, do Município de Pelotas.	Comissão Justiça	25.1.68
9	Suspende a execução do § 3º do art. 8º da Lei nº 2 031, de 27.12.52, do Estado de São Paulo.	Comissão Justiça	25.1.68
10	Torna sem efeito a nomeação de Maria Lucia de Moraes e Silva Rodrigues, candidata habilitada em concurso público para o cargo de Auxiliar Legislativo.	Comissão Diretora	31.1.68
11	Dispõe sobre as reuniões preparatórias da sessão legislativa ordinária do corrente ano.	Filinto Muller	6.2.68

<u>Nº</u>	<u>Ementa</u>	<u>Autor</u>	<u>Leitura</u>
12	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Filinto Muller	6.2.68
13	Dispõe sobre a administração do Serviço Gráfico do Senado Federal.	Comissão Diretora	7.2.68
14	Autoriza o Redator de Anais e Documentos Parlamentares, Caio César de Menezes Pinheiro, a integrar, como Delegado Suplente, a Delegação do Brasil à II Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento.	Comissão Diretora	7.2.68
15	Nomeia, para cargos vagos de Auxiliar Legislativo, candidatos habilitados em concurso público.	Comissão Diretora	7.2.68
16	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a contrair empréstimo externo.	Comissão Finanças	9.2.68
17	Aposenta Gilda Leal Costa, Diretora, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Comissão Diretora	19.2.68

G.1.2 - ULTIMADOS

G.1.2.1 - PROJETOS APROVADOS

Todos os Projetos de Resolução apresentados receberam aprovação do Senado, com exceção do de nº 17/68 que não foi apreciado.

G.1.3 - RESOLUÇÕES PROMULGADAS

16 Resoluções foram promulgadas:

<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u>
1/68	25.1.1968	Aposenta Laura Bandeira Accioli, Taquígrafa Revisora, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	26.1.1968
2/68	30.1.1968	Estende ao funcionalismo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, na forma da Lei n. 5.368 de 1º de dezembro de 1967, as majorações ali previstas, e dá outras providências.	31.1.1968
3/68	6.2.1968	Altera o artigo 245 da Resolução n. 6, de 1960, fica acrescido do seguinte item: "Art. 245..... IV - O tempo de serviço prestado como extranumerario ou sob qualquer outra forma de admissão, desde que remunerado pelos cofres publicos."	7.2.1968
4/68	6.2.1968	Aposenta, por invalidez, Belmiro Fernandes, Marceneiro, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	7.2.1968
5/68	6.2.1968	Exonera, a pedido, Luiz de Souza Leão, Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	7.2.1968
6/68	6.2.1968	Prorroga, por um ano, a licença concedida a Sebastião Ruy Rollo Maciel, Oficial Legislativo, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Sebastião Ruy Rollo Maciel.	7.2.1968
7/68	6.2.1968	Prorroga por um ano, a licença concedida a Moema Fernandes Tavora, Oficial Legislativo, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	7.2.1968
8/68	8.2.1968	Autoriza a Prefeitura Municipal de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul, a contrair empréstimo externo, no montante de DM 115.541 (cento e quinze mil quinhentos e quarenta e um marcos alemães) para aquisição de equipamentos hospitalares da C.H.F. Mueller GmbH - Hamburgo, República Federal da Alemanha.	9.2.1968
9/69	13.2.1968	Suspende a execução do § 3º do artigo 8º da Lei n. 2.081, de 27 de dezembro de 1952, do Estado de São Paulo.	14.2.1968

RESOLUÇÕES PROMULGADAS

24.

<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u>
10/68	13.2.1968	Torna sem efeito a nomeação de Maria Lucia de Moraes e Silva Rodrigues, candidata habilitada em concurso público, para o cargo de Auxiliar Legislativo.	14.2.1968
11/68	14.2.68	Autoriza o Govêrno de Mato Grosso a contrair empréstimo externo.	15.2.68
12/68	15.2.68	Dispõe sôbre as reuniões preparatórias da sessão legislativa ordinária do corrente ano.	16.2.68
13/68	15.2.68	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	16.2.68
14/68	15.2.68	Dispõe sôbre a administração do Serviço Gráfico do Senado Federal.	16.2.68
15/68	15.2.68	Autoriza o Redator de Anais e Documentos Parlamentares, Caio César de Menezes Pinheiro, a integrar, como Delegado-Suplente, a Delegação do Brasil, a II Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento.	16.2.68
16/68	15.2.68	Nomeia, para cargos vagos de Auxiliar-Legislativo, candidatos habilitados em concurso público.	16.2.68

G.2 - REQUERIMENTOS

Os 93 Requerimentos apresentados versaram sobre os seguintes assuntos:

- 3 de adiamento de discussão.
- 1 de alteração da ordem do dia.
- 1 de autorização para participar de delegações.
- 1 de constituição de Comissão Mista.
- 3 de convocação de autoridade.
- 12 de dispensa de publicação.
- 2 de dispensa de interstício.
- 3 de homenagem de pesar.
- 56 de informações.
 - 1 submetendo projeto a votação.
 - 5 de transcrição de documentos nos anais.
 - 3 de urgência
 - 1 de votação em globo.
 - 1 de votação nominal.

H - TAREFA JURISDICCIONAL DO SENADO

H.1 - PRONUNCIAMENTO SÔBRE ESCOIHA DE AUTORIDADES

Teve o Senado oportunidade de se pronunciar sôbre 6 nomes escolhidos pelo Presidente da República para cargos cujo provimento dependia de prévia aquiescência desta Casa:

I - CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

<u>MENSAGEM</u>		<u>NOME</u>	<u>FUNÇÃO</u>	<u>PRONUNCIAMENTO</u>
<u>S.F.</u>	<u>P.R.</u>			
41/68	16/68	Marcos Antônio de Salvo Coimbra	Embaixador da Rep. Soc. da România	24.1.68
42/68	17/68	Beata Vettori	Embaixador do Equador	24.1.68

II - MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

<u>MENSAGEM</u>		<u>NOME</u>	<u>PRONUNCIAMENTO</u>
<u>S.F.</u>	<u>P.R.</u>		
43/68	31/68	Dr. Eraldo Gueiros Leite	6.2.68

III - MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

<u>MENSAGEM</u>		<u>NOME</u>	<u>PRONUNCIAMENTO</u>
<u>S.F.</u>	<u>P.R.</u>		
45/68	47/68	Desembargador Carlos Thompson Flores	7.2.68

IV - MEMBRO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

<u>MENSAGEM</u>		<u>NOME</u>	<u>PRONUNCIAMENTO</u>
<u>S.F.</u>	<u>P.R.</u>		
44/68	45/68	Paulo Hortência Pereira Lira	6.2.68
49/68	58/68	Ernane Galvêas	14.2.68

H.2 - SUSPENSÃO DE LEIS INCONSTITUCIONAIS

Teve o Senado ensejo de suspender, parcialmente, por motivo de inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal, a seguinte Lei:

<u>ORIGEM</u>	<u>DIPLOMA LEGAL</u>	<u>PARTE SUSPENSA</u>	<u>RESOLUÇÃO</u>
São Paulo	Lei nº 2 081, de 27 de dezembro de 1952.	Parágrafo 3º do artigo 8º	9/68

H.3 - AUTORIZAÇÃO PARA EMPRÉSTIMOS EXTERNOS

<u>ESTADO</u>	<u>RESOLUÇÃO</u>	<u>FINALIDADE</u>	<u>DATA</u>
Mato Grosso	11/68	Autoriza o Gov. do Estado de Mato Grosso a assumir, como contratante, compromissos com a firma Deutsch Export - Und Importgesellschaft Feinmechanik Optik m.b.m. com sede em Berlim, Alemanha no total de USS/RDA 5.000.000 (cinco milhões de RDA dólares).	14.2.68

I - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

I.1 - SERVIÇO GRÁFICO

Foi aprovado na sessão do dia 14 de fevereiro o Projeto de Resolução nº 13, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que se transformou na Resolução nº 14, de 1968, que dispõe sobre a administração do Serviço Gráfico do Senado Federal, nos seguintes termos:

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º - A administração do Serviço Gráfico, cujo pessoal é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, nos termos da Resolução nº 59, de 1966, e do Regulamento baixado pela Portaria nº SF-SG-1, de 1967, é exercida com as modificações estabelecidas pela presente Resolução.

Art. 2º - O Serviço Gráfico, subordinado ao Diretor Geral, será supervisionado pela Vice-Diretoria-Geral Administrativa.

Art. 3º - As movimentações no Quadro do Serviço Gráfico, relativas a qualquer modalidade de admissão ou dispensa, só poderão ser efetivadas mediante aprovação da Vice-Diretoria-Geral Administrativa, ouvido o Diretor-Geral.

Art. 4º - O Superintendente do Serviço Gráfico manterá à permanente disposição da Vice-Diretoria-Geral Administrativa todos os elementos relativos à produção do Serviço, aos índices de produtividade e à assiduidade de seu pessoal, à conservação, utilização e rendimento das máquinas, e à Diretoria do Patrimônio os referentes ao tombamento dos bens e dos estoques.

Art. 5º - Todas as aquisições e despesas de qualquer natureza do Serviço Gráfico dependerão de proposta do Superintendente, de aprovação da Vice-Diretoria-Geral Administrativa e de autorização do Diretor-Geral ou da Comissão Diretora, conforme o caso.

Art. 6º - As Comissões de Promoção e de Exame de capacidade do Serviço Gráfico serão integradas pelo Diretor-Geral da Secretaria, pelo Vice-Diretor-Geral Administrativo e pelo Superintendente.

Art. 7º - O Diretor-Geral, com base em exposição de motivos da Vice-Diretoria-Geral Administrativa, poderá baixar instruções sobre a administração do Serviço Gráfico, com vistas ao seu aperfeiçoamento burocrático ou de produtividade e assiduidade.

Art. 8º - As admissões, de qualquer natureza, no Serviço Gráfico, só poderão ser feitas com a previa satisfação do exame previsto na Resolução nº 59, de 1966, e na Portaria nº SF-SG-1/67, e com aprovação em entrevista, realizados pela Comissão de Exame de Capacidade, tendentes a apurar a suficiência profissional do candidato, a sua personalidade e conduta.

Art. 9º - A Comissão Diretora baixará os atos necessários à execução desta Resolução, e, em particular, os relacionados com os índices mínimos de funcionamento do Serviço Gráfico, e seu regime de produtividade e assiduidade.

Parágrafo único - No cumprimento do disposto neste artigo, a Comissão Diretora terá em conta que estarão excluídos do regime de produtividade e assiduidade os assalariados que:

- a) tenham faltado ao serviço, injustificadamente, ainda que por uma única vez, em cada ano;
- b) tenham, em cada ano, três entradas em atraso no serviço, sem justificação;
- c) tenham-se ausentado do serviço, injustificadamente e sem prévia comunicação;
- d) hajam sofrido punições;
- e) tenham estado afastados do serviço, por mais de 30 dias, em cada ano, ainda que por motivo justificado, inclusive para tratamento de saúde, salvo se o afastamento resultar de acidente ou de moléstia adquirida em consequência do próprio trabalho;
- f) não se aplicará a excludente da letra anterior ao servidor que, para tratamento de saúde, tenha estado afastado do serviço por mais de 30 dias, se após o seu regresso complementar e alcançar os índices de assiduidade e produtividade fixados para aquele ano.

Art. 10 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Fica, assim, como os demais serviços da casa, o Serviço Gráfico do Senado Federal subordinado à Diretoria-Geral, cabendo a Vice-Diretoria-Geral Administrativa a sua supervisão.

I.2 - ATOS REFERENTES A FUNCIONÁRIOS

Cabe registrar, neste capítulo, os seguintes:

I - <u>APOSENTADORIA</u>		
<u>NOME</u>	<u>CARGO</u>	<u>RESOLUÇÃO</u>
Laura Bandeira Accioli	Taquígrafa Revisora, PL-2	1/68
Belmiro Fernandes	Marceneiro, PL-11	4/68
II - <u>EXONERAÇÃO</u>		
<u>NOME</u>	<u>CARGO</u>	<u>RESOLUÇÃO</u>
Luiz de Souza Leão	Auxiliar Legislativo, PL-10	5/68
III - <u>ANULAÇÃO DE NOMEAÇÃO</u>		
<u>NOME</u>	<u>CARGO</u>	<u>RESOLUÇÃO</u>
Maria Lúcia de Moraes e Silva Rodrigues	Auxiliar Legislativo, PL-10	10/68
IV - <u>PRORROGAÇÃO DE LICENÇAS</u>		
<u>NOME</u>	<u>CARGO</u>	<u>RESOLUÇÃO</u>
Sebastião Ruy Rollo Maciel	Oficial Legislativo, PL-6	6/68
Moema Fernandes Távora	Oficial Legislativo, PL-6	7/68
V - <u>AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAR DE DELEGAÇÃO NO EXTERIOR</u>		
<u>NOME</u>	<u>CARGO</u>	<u>RESOLUÇÃO</u>
Caio César de Menezes Pinheiro	Redator de Anais e Documentos Parlamentares	15/68
VI - <u>NOMEAÇÃO</u>		
<u>NOME</u>	<u>CARGO</u>	<u>RESOLUÇÃO</u>
Januário Flôres Ayrton Cordeiro de Oliveira Guido Faria de Carvalho	Auxiliar Legislativo-PL-10	16/68

J - AÇÃO FISCALIZADORA DO SENADO

Registraram-se 56 Requerimentos de Informações, destinados às seguintes autoridades:

Ministério da Aeronáutica	1
Ministério da Agricultura	2
Ministério das Comunicações	4
Ministério da Educação e Cultura	3
Ministério do Exército	4
Ministério Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil	1
Ministério da Fazenda	7
Ministério da Indústria e Comércio	2
Ministério do Interior	3
Ministério da Justiça	3
Ministério da Marinha	2
Ministério das Minas e Energia	6
Ministério do Planejamento	2
Ministério das Relações Exteriores	2
Ministério da Saúde	3
Ministério do Trabalho e Previdência Social	4
Ministério dos Transportes	5
Governadores Estaduais	1
Prefeitura do Distrito Federal	1

Quanto à autoria foram:

do Sr. Senador Aarão Steinbruch	1
do Sr. Senador Adolpho Franco	1
do Sr. Senador Arthur Virgílio	7
do Sr. Senador João Cleofas	1
do Sr. Senador Josaphat Marinho	1
do Sr. Senador José Ermírio	4
do Sr. Senador Júlio Leite	1
do Sr. Senador Lino de Mattos	9
do Sr. Senador Mário Martins	6
do Sr. Senador Ney Braga	1
do Sr. Senador Paulo Torres	1
do Sr. Senador Rui Palmeira	1
do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres	22

Foram recebidas respostas de 122 Requerimentos de Informações formulados em sessões legislativas anteriores, sendo:

1 do Ministro da Aeronáutica
5 do Ministro da Agricultura
1 do Ministro das Comunicações
8 do Ministro da Educação e Cultura
2 do Ministro do Exército
17 do Ministro da Fazenda
7 do Ministro da Indústria e Comércio
11 do Ministro do Interior
3 do Ministro da Justiça
1 do Ministro da Marinha
14 do Ministro das Minas e Energia
3 do Ministro do Planejamento
2 do Ministro das Relações Exteriores
10 do Ministro da Saúde
2 do Ministro do Trabalho e Previdência Social
6 do Ministro dos Transportes
26 do Ministro de Viação e Obras Públicas
2 Gabinete Civil
1 Prefeitura do Distrito Federal

K - PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES NOS TRABALHOS DO SENADO

É com satisfação que a Presidência registra os seguintes dados:

<u>SENADORES</u>	<u>PROJETOS</u>	<u>REQUERIMENTOS</u>	<u>DISCURSOS</u>	<u>PARECERES</u>
Aarão Steinbruch	2	4	9	-
Adalberto Sena	1	-	1	1
Adolpho Franco	-	1	1	2
Aloysio de Carvalho	-	1	2	4
Álvaro Maia	-	-	-	2
Antônio Balbino	-	-	-	2
Antônio Carlos	-	-	1	4
Argemiro de Figueiredo	-	-	-	-
Arnon de Mello	-	1	5	3
Arthur Virgílio	•	7	6	1
Attilio Fontana	-	3	5	-
Aurélio Vianna	-	1	7	3
Benedicto Valladares	-	2	1	-
Bezzerá Neto	-	-	-	13
Carlos Lindemberg	-	3	2	15
Carvalho Pinto	-	-	1	-
Cattete Pinheiro	-	1	2	1
Celso Ramos	-	-	-	-
Clodomir Millet	-	-	-	-
Clóvis Maia	-	-	-	-
Daniel Drieger	-	-	2	-
Dinarte Mariz	-	-	1	-
Domicio Gondim	-	-	-	1
Duarte Filho	-	3	1	5
Edmundo Levi	2	3	2	2
Eurico Rezende	-	-	4	1
Fernando Correa	-	-	-	3
Filinto Müller	2	3	2	6
Gilberto Marinho	-	-	2	-
Guido Mondim	-	2	2	-
João Abrahão	-	-	-	-
João Cleofas	-	1	-	-
Jesaphat Marinho	1	1	3	1
José Ermírio	-	5	4	4
José Feliciano	-	-	-	-

<u>SENADORES</u>	<u>PROJETOS</u>	<u>REQUERIMENTOS</u>	<u>DISCURSOS</u>	<u>PARECERES</u>
José Guiomard	-	-	6	1
José Leite	-	-	1	6
Júlio Leite	-	2	3	5
Leandro Maciel	-	-	-	1
Lino de Mattos	1	9	-	1
Lobão da Silveira	-	-	-	2
Manoel Villaça	-	2	-	5
Mário Martins	-	8	6	-
Mello Braga	-	-	-	1
Mem de Sá	-	-	1	4
Menezes Pimentel	-	-	-	-
Milton Campos	-	1	-	-
Milton Trindade	-	-	1	-
Moura Andrade	-	-	-	2
Ney Braga	1	1	-	-
Nogueira da Gama	1	1	-	13
Oscar Passos	-	-	1	4
Paulo Sarasate	-	-	-	-
Paulo Tôrres	-	1	-	3
Pedro Ludovico	-	-	1	2
Pessoa de Queiroz	-	-	-	-
Ptrônio Portella	-	-	-	1
Raul Giuberti	-	-	-	-
Rui Palmeira	-	1	-	6
Ruy Carneiro	-	-	-	2
Sebastião Archer	-	-	-	-
Sigefredo Pacheco	-	-	-	-
Teotônio Villela	-	-	2	-
Vasconcellos Tôrres	5	25	5	-
Victorino Freire	-	-	-	-
Wilson Gonçalves	-	-	-	-

C O N G R E S S O N A C I O N A L

L - SESSÕES CONJUNTAS

Realizaram-se 12 sessões conjuntas das duas Casas:

<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>HORA</u>	<u>FINALIDADE</u>
1	16.1.68	15	Inauguração da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 6ª Legislatura.
2	18.1.68	21	Leitura das Mensagens nºs 1 e 2, de 1968 (CN).
3	25.1.68	21	Leitura das Mensagens nºs 3, 4 e 5, de 1968 (CN).
4	30.1.68	21	Leitura da Mensagem nº 6, de 1968, (CN).
5	6.2.68	21	Leitura das Mensagens nºs 7 e 8, de 1968 (CN).
6	13.2.68	21,30	Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1, de 1968 (CN), que atribui recursos para melhoria das condições de segurança do sistema rodoviário.
7	14.2.68	21,30	Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2, de 1968 (CN), que acrescenta itens ao art. 165, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.
8	15.2.68	9	Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1, de 1968 (CN).
9	20.2.68	21	Leitura da Mensagem nº 9, de 1968 (CN).
10	20.2.68	21,30	Votação, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão Mista em seu Parecer nº 8 de 1968 (CN), do Projeto de Lei nº 1/68 (CN), que atribui recursos para melhoria das condições de segurança do sistema rodoviário. Continuação da discussão, em turno único, do PL/3/68 (CN) que fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais-Generais Combatentes e de Oficiais do Quadro das Armas e Material Bélico do Exército. Discussão, em turno único, do PL/4/68 (CN), que acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-lei nº 132, de 1º de fevereiro de 1967, e dispõe sobre as condições de ingresso no Instituto Militar de Engenharia de Oficiais da Ativa das Armas e do Quadro de Material Bélico.
11	21.2.68	9	Discussão, em turno único, do PL/5/68 (CN), que altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 (Lei de Promoções dos Oficiais do Exército).
12	21.2.68	21,30	Discussão, em turno único, do PL/6/68 (CN), que altera o § 4º do art. 12, do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

M - PROJETOS DE LEI DE INICIATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICAAPRECIADOS EM CONJUNTO PELAS DUAS CASAS

Da sessão legislativa anterior restara o Projeto de Lei nº 15, de 1967 (C.N.), de iniciativa do Presidente da República, que provê sobre a isenção do pagamento das taxas de Melhoramento dos Portos e Renovação da Marinha Mercante, dos equipamentos importados pelo Ministério da Educação e Cultura, nas condições que especifica.

Em 15.2.68, foi comunicado à Presidência da República, tendo se esgotado o prazo previsto no art. 54, § 3º, da Constituição, deixou o Congresso Nacional de se pronunciar sobre a matéria.

Nesta sessão legislativa foram recebidos os seguintes:

<u>Nº</u>	<u>EMENTA</u>	<u>PRONUNCIAMENTO</u>
1/68 (C.N.)	Atribui recursos para melhoria das condições de segurança do sistema rodoviário.	Aprovado o Substitutivo, em 15.2.68
2/68 (C.N.)	Acrescenta itens ao art. 165 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. (Conselho Nacional de Telecomunicações)	Aprovado c/em. em 14.2.68
3/68 (C.N.)	Fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais-Generais-Combatentes e de Oficiais do Quadro das Armas e Material Bélico do Exército.	Aprovado c/ a emenda nº 3-R, em 14.2.68
4/68 (C.N.)	Dispõe sobre as condições de ingresso no Instituto Militar de Engenharia de Oficiais da Ativa das Armas e do Quadro de Material Bélico, e acrescenta parágrafo unico ao art. 2º do Decreto-lei nº 132, de 1º de fevereiro de 1967.	Aprovado o substitutivo, em 20.2.68
5/68 (C.N.)	Altera a Lei nº 4 448, de 29 de outubro de 1964 - Lei de Promoções dos Oficiais.	Aprovado o projeto.
6/68 (C.N.)	Altera o § 4º do art. 12, do Decreto-lei nº 236, de 28.2.67, que complementou e modificou a Lei número 4 117, de 27.8.62.	
7/68 (C.N.)	Dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes nas operações de comércio exterior e interior e acrescenta um § unico ao art. 3º do Decreto-lei nº 333, de 12 de outubro de 1967.	
8/68 (C.N.)	Emenda dispositivo da Lei nº 5 292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.	

NºEMENTAPRONUNCIAMENTO

9/68

Institui, em caráter temporário, a licença extraordinária, e dá outras providências.

N - VETOS PRESIDENCIAIS

Foram recebidas 16 Mensagens nas quais o Sr. Presidente da República comunica vetos às seguintes proposições:

<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>	<u>EMENTA</u>	<u>MATÉRIA</u> <u>VETADA</u>
13/67 (C.N.)		Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro Oeste (SU-DECO) e dá outras providências.	Art. 17
60/67	3 227/65	Estende a entidades de assistência médico-hospitalar o disposto no artigo 5º da Lei nº 1 046, de 2.1.50, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento.	Totalidade do projeto
106/67	455-B/67	Dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação de bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infraestrutura.	Totalidade do projeto
117/67	607-A/67	Cria dois cargos de Juiz Substituto do Trabalho no Quadro da Justiça do Trabalho da 8ª Região, em Belém, Estado do Pará.	Totalidade do projeto
16/67 (C.N.)		Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências.	§ único do art. 10
103/67	456-B/67	Altera dispositivos da Lei nº 5 173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVMA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências.	As seguintes mencionadas no art. 1º: -art. 14, alínea a e § 2º do art. 13
51/65	3 619/66	Altera o art. 79 da Lei nº 1 711, de 28.10.52 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).	Um item
142/64	2 408/67	Institui o seguro obrigatório contra acidentes com passageiros de veículos rodoviários de transporte coletivo.	Totalidade do projeto
17/67 (C.N.)		Dispõe sobre os Orçamentos Plurianuais de Investimentos e dá outras providências.	Seis itens
14/67 (C.N.)		Dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz.	Artigo 2º

<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>	<u>EMENTA</u>	<u>MATÉRIA VETADA</u>
138/67	526-A/67	Autoriza o Poder Executivo a proceder a alteração da Lei Orçamentária nº 5 189, de 8.12.66, na parte da dotação perti- nente ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, sem aumento de despesas.	Totalidade do projeto
186/62	1 081/59	Dispõe sobre as Polícias Militares e dá outras providências.	Totalidade do projeto
125/67	35-B/67	Inclui, nas entidades consignatórias a que se refere o art.171 da Lei nº 4 328, de 30.4.64, o Clube dos Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Baifeiros da Armada e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha.	Totalidade do projeto
139/67	80-B/67	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 20 da Lei nº 3 765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares.	Totalidade do projeto
30/66	4 071/66	Autoriza consignação em fôlha de pagamento a favor da Sociedade de Financial dos Servidores Públicos do Brasil (FINABRA).	Totalidade do projeto
135/67	121-A/67	Concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais federais, que lidam com raios X ou substâncias radioativas, a aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatória aos 65 anos de idade.	Totalidade do projeto

Não se pronunciou, nesta sessão legislativa, o Congresso Nacional sobre esses vetos.

0 - COMISSÕES MISTAS

Foram constituídas 10 comissões mistas, sendo:

9 para emitir parecer sôbre Projetos de Lei de iniciativa do Presidente da República, estudados em conjunto pelas duas casas do Congresso Nacional;

1 destinada a verificar as repercussões sôbre a saúde do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim as conseqüências que dêsse uso decorrem para a economia nacional no setor de agro-indústria açucareira.

P - PARECERES

nº 1/68 (C.N.), sobre o Projeto de Lei nº 1/68 (C.N.), que atribui recursos para melhoria das condições de segurança do sistema rodoviário;

nº 2/68 (C.N.), sobre o Projeto de Lei nº 2/68 (C.N.), que acrescenta itens ao artigo 165 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1957. (Conselho Nacional de Telecomunicações);

nº 3/68 (C.N.), sobre o Projeto de Lei nº 3/68 (C.N.), que fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais-Generais-Combatentes e de Oficiais do Quadro das Armas e Material Bélico do Exército;

nº 4/68 (C.N.), sobre o Projeto de Lei nº 4/68 (C.N.), que dispõe sobre as condições de ingresso no Instituto Militar de Engenharia de Oficiais da Ativa das Armas e do Quadro de Material Bélico, e acrescenta parágrafo único ao artigo 2º do Decreto-lei nº 132, de 1º de fevereiro de 1967;

nº 5/68 (C.N.), sobre o Projeto de Lei nº 5/68 (C.N.), que altera a Lei nº 4 448, de 29 de outubro de 1964 - Lei de Promoções dos Oficiais.

nº 6/68 (C.N.), da Comissão Mista oferecendo a redação final do Projeto de Lei nº 2/68 (C.N.), que acrescenta itens ao art. 165 do Decreto-lei nº 200, de 25.2.57 (CONSELHO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES);

nº 7/68 (C.N.), sobre o Projeto de Lei nº 6/68 (C.N.), que altera o § 4º do art. 12, do Decreto-lei nº 236, de 28.2.67, que complementou e modificou a Lei nº 4 117, de 27.8.62;

nº 8/68 (C.N.), sobre o Projeto de Lei nº 1/68 (C.N.) (Redação final), que atribui recursos para melhoria das condições de segurança do sistema rodoviário;

nº 9/68 (C.N.) da Comissão Mista, oferecendo a redação final do Projeto de Lei nº 3/68 (C.N.), que fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais-Generais-Combatentes e de Oficiais do Quadro das Armas e Material Bélico do Exército.

Q - MATERIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA
DO CONGRESSO NACIONAL

Q.1 - PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Da Câmara dos Deputados, o Senado recebeu os seguintes:

Nº		Ementa
S.F.	C.D.	
1	35/67	Aprova o Acôrdio de Cooperação Técnica e Científica assinado entre o Brasil e a República Francesa, em Paris, a 16 de janeiro de 1967.
2	29/67	Aprova o Acôrdio de Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre o Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, a 30 de novembro de 1966.
3	21/67	Dá provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser sustada despesa em favor da firma CCFI MA - Companhia Fabricadora de Implementos Agrícolas.
4	24/67	Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a emissão de Letras do Tesouro, Série D, ao portador, no montante de R\$ 150 000 000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos).
5	28/67	Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União para o fim de ser mantida a reforma do Soldado Justo Nunes.
6	33/67	Denega provimento ao recurso interposto pelo Tribunal de Contas da União, para o fim de ser mantida a reforma do Soldado Walter Pereira Barbosa.
7	215/65	Mantém ato denegatório do Tribunal de Contas da União, de registro da despesa de R\$ 1 980,00 (hum mil, novecentos e oitenta cruzeiros novos), em favor da Cia Fabricadora de Papel, proveniente de fornecimento feito à Casa da Moeda.
8	59/68	Aprova o Decreto-lei nº 342, de 22 de dezembro de 1967, que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ao aumento de produtividade.
9	55/68	Dá nova redação ao art. 12 e seu § 1º do Decreto-lei nº 157, de 10.12.67.
10	57/68	Aprova o Decreto-lei nº 343, de 28.12.67, que altera a legislação do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e dá outras providências.
11	61/68	Aprova o Decreto-lei nº 341, de 22.12.67, que prorroga para o exercício de 1968 os benefícios dos Decretos-leis ns. 157 e 238, de 10 e 28 de fevereiro de 1967, respectivamente.

Q.2 - DECRETOS LEGISLATIVOS PROMULGADOS

Foram promulgados os seguintes Decretos Legislativos:

<u>Nº</u>	<u>Data</u>	<u>Ementa</u>	<u>Publicação</u>
1/68	29.1 .68	Aprova o Decreto-lei nº 334, de 12.10.67, que dispõe sobre o imposto único sobre minerais do País, alterando, em parte, a Lei nº 4 425, de 8.10.64, e dá outras providências.	30.1 .68
2/68	29.1 .68	Aprova o Protocolo da Carta da Organização dos Estados Americanos, denominado "Protocolo de Buenos Aires", assinado em Buenos Aires, em 27.2.67.	30.1 .68
3/68	30.1 .68	Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União para o fim de tornar definitivo o ato praticado em 5 de julho de 1966, relativamente a despesa de Nº 36 027,32, para pagamento a Velmet do Brasil S/A - Indústria e Comércio de Tratores.	31.1 .68
4/68	2.2 .68	Mantém decisão do Tribunal de Contas da União, denegatório ao registro de concessão de reforma a Expedito Flôr, calculada no posto de Tenente-Coronel, superior ao devido.	3.2 .68
5/68	2.2 .68	Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, de 1º de fevereiro de 1966, de registro sob reserva, da concessão de reforma póstuma do Capitão-Tenente - Augusto Henrique da Silva Oliveira.	3.2 .68
6/68	2.2 .68	Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a concessão de reforma ao Sargento José Porto Cruz.	3.2 .68
7/68	8.2 .68	Aprova o texto do Decreto-lei nº 336, de 24 de outubro de 1967, que altera os critérios de distribuição do Imposto Único sobre Energia Elétrica e dá outras providências.	12.2 .68
8/68	20.2 .68	Aprova o Acôrdio de Cooperação Técnica e Científica assinada entre o Brasil e a República Francesa, em Paris, a 16 de janeiro de 1967.	

P A L A V R A S F I N A I S

Iniciada a convocação extraordinária do Congresso a 16 de janeiro, de logo pôde o Senado dar curso a uma série de proposições e iniciar outras, movimentando, com isso, todos os setores de trabalho. Foram realizadas, como se viu, mais de **30 sessões plenárias**, enquanto, pari passu, as suas Comissões Técnicas se dedicavam ao exame das **matérias** decorrentes dessa atividade legislativa.

Os dados que oferecemos à consideração dos Senhores Senadores dão bem a mostra do que foi a tarefa levada a efeito durante a sessão legislativa extraordinária que ora se encerra. No mesmo passo, pode bem aquilatar-se do labor em que se empenharam as duas Casas do Congresso, quando tiveram de, em conjunto, deliberar sobre assuntos que lhes são pertinentes.